

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A QUALIDADE DO MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO (MDI)

Rio de Janeiro – RJ – Abril/2013

Antonio Fernando Vieira Ney — AVM Faculdade Integrada –
antonioney@avm.edu.br e UEZO (Mestrado profissional)

Categoria: A

Setor Educacional: 3

Classificação das Áreas de Pesquisas em EaD

Macro: D / Meso: L / Micro: M

Natureza do Trabalho: C

Classe: 2

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as contribuições e as limitações para a elaboração de material didático impresso (MDI) com qualidade para o processo de aprendizagem em Educação a Distância (EaD). Assim, é importante verificar os mecanismos que a legislação brasileira oferece para garantir a qualidade do MDI com o propósito de alcançar uma educação emancipadora e crítica. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em consonância com um estudo caso. No estudo foi utilizado os Referencias de Qualidade para a Educação Superior elaborado no âmbito do Ministério da Educação, bem como a sua aplicação sobre um caderno de estudo do curso de Pedagogia da AVM Faculdade Integrada para verificação da qualidade do caderno. É possível observar que os referencias de qualidade são capazes de ajudar na elaboração do MDI para a EaD.

Palavras-chave: Legislação Educacional, Material Didático Impresso para EaD e Referenciais de Qualidade para EaD.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação tem o foco no papel e nos aspectos fundamentais do material didático impresso (MDI) na educação a distância. Os resultados e as conclusões referem-se à importância e à relevância dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (Brasil, 2007a) na elaboração do MDI para os cursos de educação superior a distância.

O elemento essencial do processo de ensino-aprendizagem de um curso a distância é o MDI porque é ele o elemento de comunicação entre o professor e o aluno, por isto as suas características fundamentais são: texto simples, claro e motivador para o aluno, sem fragmentações.

A interação é fundamental para o estímulo da autonomia do aluno e para que o processo de ensino-aprendizagem a distância tenha efetividade (BELISÁRIO,^[2] 2003). Os tipos de interação na educação a distância são: aluno-professor; aluno-aluno e aluno-material (conteúdo), segundo Michael Moore ^[3] (1989). Entretanto, para que a interação ocorra à qualidade tem que ser pensada e aplicada no material para se obter o efetivo resultado (BELISÁRIO, ^[2] 2003), bem como não pode ser esquecido o público alvo a que se destina o MDI para facilitar a comunicação e a interação (TERÇARIOL^[4], 2011).

A elaboração do MDI para EaD requer uma equipe multidisciplinar que possua profissionais com competências e qualificações variadas tendo em vista as diversas etapas da construção do material. A articulação das questões pedagógicas e de linguagem são exigências fundamentais, bem como os conhecimentos específicos da área e os recursos tecnológicos acabam, em consonância com a articulação, formando uma função primordial para o *design* instrucional a ser desenvolvido por essa equipe, de acordo com as observações de Catapan e Mallmann ^[5] (s/d.).

As ilustrações presentes em um material didático concebido para EaD não são apenas de cunho decorativo, mas são elementos para a construção do conhecimento, inseridos de forma pedagógica.

2. DISCUSSÕES E ANÁLISES

A necessidade de democratizar o ensino superior é uma obrigação do Estado, sendo fundamental a sua expansão para a inclusão dos trabalhadores que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na época adequada ou para atender as pessoas que não tem as condições, por limitações de tempo ou localização, para frequentar um curso presencial (LOBO NETO [6], 2003).

Ele [6] combate o foco apenas no mercado trabalho e é favorável a uma educação com perspectiva social e integral de qualidade.

A finalidade da educação é estruturada em três pilares integrados entre si: o pleno desenvolvimento do educando; o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho segundo Carneiro [7] (2012).

Para que a educação alcance esses pilares é essencial à vontade do fazer sob os pilares descritos e a implementação com a qualidade do que está previsto. Entretanto, Beloni [8] (2002) faz uma crítica a situação atual da EaD no Brasil ao afirmar:

Do ponto de vista da sociologia não há como contestar que as diferentes mídias eletrônicas assumem papel cada vez mais importante no processo de socialização, ao passo que a escola (principalmente a pública) não consegue atender minimamente a demandas cada vez maiores e mais exigentes e a “**academia**” entrichera-se em concepções idealistas, negligenciando os recursos técnicos, considerados como meramente instrumentais. No **setor privado**, as escolas respondem “naturalmente” aos apelos sedutores do mercado e se entregam de corpo e alma à inovação tecnológica, sem muita reflexão crítica e bem pouca criatividade, formando não o usuário competente e criativo, como seria desejável, mas o consumidor deslumbrado. (p.118, grifos nossos)

Analisando tal citação constata-se que a autora [8] aponta para as deficiências do setor público ao não conseguir acompanhar as demandas da sociedade (impossibilidade das mesmas se integrarem ao mundo tecnológico existente e com isto motivar o aluno) e, ao mesmo tempo, introduz sérias restrições às posturas do setor privado tendo em vista que este coloca o perfil do aluno como um alienado pelo consumismo em razão da modalidade ser um ótimo negócio comercial.

Finalmente, a autora ^[8] realça a omissão da “academia” quando afirma que essa permanece “entrincheirada” com relação à realidade e ao crescimento da EaD. Quando fala das academias (universidades, faculdades ou centros de pesquisas) fica claro que não há interesses de grande parte pelas estratégias, metodologia e procedimentos que envolvem a EaD, bem como acabam questionando a própria existência e eficácia da EaD.

Ora os três pilares da educação e as políticas públicas ficam comprometidos pela fala de Belloni ^[8]. O fato mais grave corresponde ao fosso que se estabelecesse com o aumento das desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos devido aos avanços tecnológicos. (idem, p.119). Assim, o governo ao regulamentar e estabelecer as normas para credenciamento de instituições e cursos, monitoramento/controle, avaliação e fiscalização tenta vencer as não conformidades apontados por Belloni ^[8] e ao mesmo tempo, aferir de modo contínuo a qualidade do processo educacional.

O empresariado para garantir a qualidade mínima dos profissionais criou diversos processos de certificações, pois eles (empresários) não acreditam na qualidade da formação propiciada pelas instituições de ensino, inclusive partem para a educação corporativa como meio de solucionar as deficiências oriundas do meio acadêmico. Entretanto, estas certificações profissionais fomentam uma ampliação da desigualdade social (NEY ^[9], 2009). Assim, os cursos têm que considerar tal questão (a da certificação) e ter como meta a previsão da equidade para vencer o desafio da emancipação e da formação de um ser reflexivo como Belloni ^[8] destaca anteriormente.

A busca de qualidade levou o Poder Público a regulamentar a Lei nº 9394/96 (artigo 80) ^[10] por meio dos Decretos de nº 5.622, ^[11] de 20 de dezembro de 2005 e de nº 5.773, ^[12] de 9 de maio de 2006. Ambos os decretos representam evoluções teóricas e práticas com relação à EaD, pois o Decreto 5.622/2005 ^[11] substituiu os Decreto nº 2.494/1998, ^[13] e o Decreto nº 2.561/1998, ^[14] enquanto o Decreto nº 5.773/2006 ^[12] substituiu os Decretos nºs 1.845/1996 ^[15], 3.860/2001 ^[16], 3.864/2001 ^[17], 3.908/2001^[18] e 5.225/2004 ^[19].

Esta legislação é o ordenamento jurídico que determinou e serviu de base para o Ministério da Educação (MEC) expedir os “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior”. [1]

2.1 Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância

Mesmo não tendo força de lei, os “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” [1] é um documento norteador para subsidiar os atos legais do poder público e contribuir para a regulação, supervisão e avaliação da modalidade da EaD.

A utilização da Taxonomia de Bloom para a elaboração de objetivos e dos critérios de avaliação em materiais de EaD é defendida por Marcheti *et all* [20] (2005) e pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação [21] (Brasil, 2007b). A divisão em categorias (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) facilita a identificação de comportamentos esperados para avaliação no final do processo educacional.

2.2 A Análise

2.2.1 Curso e material

Visando verificar a aplicação dos Referenciais de Qualidade foi escolhido para análise o Caderno de Estudo impresso para a disciplina “Ensino Médio e Educação Profissional” [22] do 6º período do curso superior de Pedagogia da AVM Faculdade Integrada. O curso de graduação de Pedagogia a distância da AVM Faculdade Integrada está reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com conceitos cinco em 2008 e quatro em 2013, o que significa elevado grau pelos critérios de avaliação do MEC. A instituição já formou cerca de 200 alunos até a presente data, possuindo duzentos e noventa e três alunos ativos atualmente. O curso tem duração de três anos com carga horária de 3.410 horas e a disciplina escolhida (Ensino Médio e Educação Profissional) tem 90 horas. A estrutura curricular está estabelecida para seis semestres com o aluno estudando uma disciplina por mês. Ao iniciar o curso o aluno recebe um guia explicativo conforme preconizado no Projeto Político do Curso [23] (PPC).

No guia o aluno tem a oportunidade de entender o funcionamento do curso, bem como recebe todas as informações necessárias para o desenvolvimento do seu estudo. Na realidade esta etapa corresponde a um acolhimento.

Esclarecido o curso, temos a ampliação do acolhimento no momento do início do semestre, pois ao receber um CD ROM com a explicação dos professores conteudistas (aqueles que desenvolveram os cadernos de estudos), o aluno passa a ter uma visão de todas as disciplinas do semestre e entende como será desenvolvido o projeto integrado (PI) das cinco disciplinas, componentes daquele semestre. Este PI é elaborado coletivamente por vários grupos de cinco alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O AVA é composto por: *chat*, fórum de discussão, biblioteca, área de publicação, tira dúvidas, sala de aula, mensagens e ambiente de grupo, permite o desenvolvimento de atividades *on line*.

O MDI (caderno de estudo) é o elemento central da disciplina e é articulado com todas as atividades *on line*, ou seja, a tecnologia do AVA está estruturada em função do MDI conforme Lobo Neto ^[6] defende e Oliveira ^[24] (*apud* BARDANACHVILI, 2011, p.188) deixa claro quando ressalta: “... a presença do professor como fundamental, alertando para que não se valorize a tecnologia em detrimento dos aspectos pedagógicos”.

No início de cada disciplina, o aluno recebe um Plano de Estudo que o orienta no seu caminhar, apresentando o calendário de atividades, fóruns, *chats* e todas as informações que precisa para alcançar os objetivos da disciplina. A aula presencial (realizada na terceira semana da disciplina) também é informada junto com o critério de avaliação.

2.2.2 O Caderno de Estudo

O caderno analisado é composto por oito referentes ao Ensino Médio e a Educação Profissional e aborda os temas: Cidadania, Trabalho e Educação; Conceitos e definições de Trabalho; Práticas Educacionais e Ensino Médio; As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional; Planejamento de Currículos por Competências; Certificação Profissional; Avaliação e Estágios.

O Caderno de Estudo atende aos Referenciais de Qualidade no momento em que é definido o modelo de educação e os atributos diversos da disciplina. O MDI ao abordar a questão da Cidadania, Trabalho e Educação na primeira aula e apresentar na segunda aula a discussão sobre os conceitos e definições do trabalho tem o propósito de atender os pilares da educação, assim como, busca criar no aluno uma postura crítica com perspectiva social e reflexiva.

Os objetivos gerais da disciplina são apresentados ao aluno no início do caderno de estudo e a cada começo de aula é destacado os objetivos daquela unidade são destacados. Com isto, o Caderno permite ao aluno ter conhecimento, compreensão e entendimento da finalidade de seu estudo, bem como a aplicação da disciplina no contexto do curso.

O estabelecimento dos objetivos deve ser construído com a utilização da Taxonomia de Bloom, inclusive a avaliação, ao final do processo educacional, se torna mais fácil pela verificação do comportamento esperado do aluno em função da classificação de Bloom.

A linguagem utilizada no material é dialógica, simples e direta de modo a atender ao público-alvo, principalmente considerando que o alunado é oriundo de famílias que recebem até 3 salários mínimos, com pais sem curso superior, trabalhadores e habitando em locais distantes dos grandes centros, conforme as estatísticas da SEED/MEC. O perfil dos alunos da AVM Faculdade Integrada confirma tais estatísticas.

O Caderno de Estudo disponibiliza para o estudante, ao longo de suas páginas: quadros que esclarecem algum conceito; dicas de leituras; quadrinhos perguntando “o você sabia?”; sugestões de filmes e sites, e os quadrinhos “para pensar”, bem como figuras. Com isto, procura motivar e ajudar ao aluno no seu estudo, principalmente considerando que o professor não está presencial ao aluno.

Constata-se, em função do que foi visto nestes dois últimos parágrafos que a linguagem e a estrutura do material atende o que é estabelecido nos referenciais de qualidade.

As atividades procuram desenvolver a capacidade de interpretação do aluno. Assim, os textos apresentam explicações para palavras ou conceitos que facilitam o entendimento por parte dos alunos, bem como

sugerem livros e endereços eletrônicos para ampliação do conhecimento em estudo.

O texto é contextualizado, inclusive com exemplos reais e práticos. Esta contextualização procura consolidar a teoria e a prática, motivando o aluno nos estudos, ou seja, prepara o aluno para não só conhecer a si próprio, bem como para conhecer a sociedade em que está inserida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se do objetivo de identificar e analisar a legislação brasileira no que concerne a elaboração de materiais impressos para educação a distância obtendo como documentos básicos para a análise de qualidade os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Este documento apresenta requisitos gerais para a avaliação de materiais didáticos impressos (MDI) cuja utilidade foi constatada na aplicação do Caderno de Estudo Ensino Médio e Educação Profissional da AVM Faculdade Integrada.

Ao cumprir o objetivo relacionado à aplicação da legislação em um material didático impresso (Caderno de Estudo da disciplina de Ensino Médio e Educação do Curso Superior de Pedagogia da AVM Faculdade Integrada) constatou-se que os princípios determinados no referencial estavam atendidos, inclusive o MDI analisado é o material pedagógico central do curso e base para o uso das mídias complementares conforme previsto na legislação.

Em resumo, os três pilares da educação apontados por Carneiro ^[7] (o desenvolvimento pleno de educando; o preparo para cidadania e a qualificação para o trabalho) são metas do curso e do MDI. Um ponto positivo constatado do material analisado, é que ele pertencente a uma faculdade privada e não apresenta a predominância negativa da lógica de mercado como um simples produto comercial e rentável sem a preocupação com a qualidade do material. Ao observar o Projeto Político do Curso ^[23] constata-se a preocupação com a atualização constante e periódica do MDI, o que significa sinais positivos com a qualidade.

Toma-se como chegada final do trabalho o fato que a utilização dos referenciais estabelecidos pelo MEC é necessária para ajudar na avaliação da qualidade. Finalmente, constata-se que poucas são as pesquisas e análises sobre legislação de EaD no Brasil, bem como a preocupação das políticas públicas com a própria EaD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BRASIL/Ministério da Educação. (2007). **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Disponível: <http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislação/refead1.pdf>. Acesso: 15/04/2012.
- [2] BELISÁRIO, A. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, M. (org). **Educação Online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- [3] MOORE, M.G. **Editorial: three of interaction**. In: American Journal of Distance Education, 1989. Disponível em: <http://www.ajde.com/Contents/vol3_2.htm#editorial
- [4] TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima, GARA, Elizabete Briani Macedo, MANDAJI, Mônica. **O Design Instrucional de Materiais impressos para EAD: Da construção à reconstrução**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/97.pdf>>, Acesso em 31/10/2011.
- [5] CATAPAN, Araci Hack, MALLMANN, Elena Maria. **Materiais didáticos em educação a distância: gestão e mediação pedagógica**. Disponível em <http://www2.ufmg.br/ead/ead/Home/Biblioteca-Digital/Referencias/Materiais-didaticos-em-educacao-a-distancia-Gestao-e-Mediacao-Pedagogica> Acesso em 3/11/2011.
- [6] LOBO NETO, F.J. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, M. (org). **Educação Online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- [7] CARNEIRO, M. A. *LDB fácil: Leitura Crítico-Compreensiva Artigo a Artigo*. 19ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- [8] BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a distância no Brasil. In: **Revista Educação & Sociedade**. Campinas: Abril/2002, vol. 23, nº 78, p.117-142.
- [9] NEY, A. F. V. **Certificação Profissional: concepções em disputa**. Tese de Doutorado. do Programa de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da UFF. Niterói: UFF, 2009.
- [10] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lei nº 9394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf Acesso em 3/11/2011.
- [11] BRASIL. Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [12] BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação

superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

[13] BRASIL. Decreto nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art.80 da Lei nº 9394/96, e da outras providências.

[14] BRASIL. Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o dispositivo no art.80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

[15] BRASIL. Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996. Delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para a prática dos atos que menciona.

[16] BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

[17] BRASIL. Decreto nº 3.864, de 11 de julho de 2001. Acresce dispositivo ao Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições.

[18] BRASIL. Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001. Dá nova redação ao § 3º do art. 10 do Decreto nº 3860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação dos cursos e instituições.

[19] BRASIL. Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação dos cursos e instituições.

[20] MARCHETTI, A. P. do C. **Educação a Distância**: diretrizes e contribuições para a implantação dessa modalidade em instituições educacionais. In: Revista digital da CVA-RICESU, vol. 3, nº 9, julho de 2005.

[21] BRASIL/Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância.

Objetos de Aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC, SEED, 2007b.

[22] AVM. Ensino Médio, Educação Profissional Caderno de Estudo da disciplina de Ensino Médio e Educação Profissional. Rio de Janeiro: AVM, s.d.

[23]AVM FACULDADE INTEGRADA. **Projeto Político do Curso de Pedagogia**. Rio de Janeiro: AVM, s.d.

[24] OLIVEIRA, F.B. de. O Salto da educação a Distância. Entrevista. In: BARDANACHVILI, E. **Educação e Trabalho**: O papel da escola e a Qualificação para o Mercado. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2011.